

A diversidade das práticas psicoterápicas

**Quando o assunto é psicoterapia, poucas questões são consenso.
Confira nesta edição reportagem sobre as diversas abordagens da psicoterapia, suas
diferenças e semelhanças - Págs. 3 a 11**



Novas questões sobre a Psicologia e a informática são discutidas no III Psicoinfo – Pág. 12.

Fique de olho: VI Congresso Regional de Psicologia e I Mostra de Práticas em Psicologia – Págs. 13 e 17.

A Tesouraria como prática política – Pág. 15.

CRP-RJ discute Psicologia e Conciliação – Pág. 17.

Psicólogos do Degase participam de evento no CRP-RJ – Pág. 18.

II Seminário de Psicologia e Direitos Humanos debate a questão da medicalização – Pág. 20.

Homenagem



Este, infelizmente, é um editorial diferente. Diferente, pois não estamos – como nos anteriores – colocando as perspectivas ético-políticas de nossa gestão e os caminhos por nós percorridos até aqui. Trata-se de um “editorial-homenagem” que aponta também para uma determinada política ética. Homenagem a uma guerreira, amiga e companheira, responsável em muito por este XI Plenário.

Margarete de Paiva Simões Ferreira faleceu no dia 2 de dezembro. Foi colaboradora da Comissão de Saúde do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro e ex-integrante da Comissão Gestora do Conselho Regional de Psicologia. Meg, como era conhecida, foi militante ativa do Movimento da Luta contra a AIDS e trabalhava no programa de prevenção à doença na Secretaria Estadual de Saúde desde 1992. Além disso, foi conselheira pelo Rio de Janeiro no Conselho Federal de Psicologia no período de 2001 a 2004.

Margarete foi homenageada no dia 01 de dezembro, Dia Mundial de Luta contra a AIDS, em um ato público realizado na Cinelândia. Um pequeno filme será produzido com os depoimentos da-

dos por diversos ativistas e profissionais da área de saúde durante o evento sobre os seus quase 15 anos de trabalho no programa de prevenção da doença.

Sua fibra e determinação vem inspirando a trajetória deste XI Plenário. Todos nós, conselheiros deste CRP-RJ, reconhecemos seu valor como profissional e pessoa, seu compromisso social com a profissão, seu engajamento nas lutas pela diversidade traduzida em práticas solidárias, seu esforço incansável na direção do desenvolvimento de uma psicologia que efetivamente responda e atue na solução dos problemas de nosso país.

Fica o agradecimento de todos os psicólogos pelo trabalho de saneamento político, financeiro e ético do CRP-05, projeto coletivo que teve em Margarete uma das mais fervorosas atuantes. Pode estar certa, amiga e companheira: continuaremos este trabalho.

*“Amigo é coisa para se guardar
No lado esquerdo do peito,
mesmo que o tempo e a distância digam não,
mesmo esquecendo a canção.
O que importa é ouvir
a voz que vem do coração.”*

*Canção da América
Milton Nascimento e Fernando Brandt*

Informações sobre Psicologia por e-mail

O site do CRP-RJ dispõe de uma ferramenta que pode ajudar muito aos estudantes e profissionais que querem se manter sempre atualizados sobre a Psicologia: o informativo eletrônico. O serviço, um boletim eletrônico semanal, envia as últimas novidades sobre cursos, eventos, seminários e concursos direto para o e-mail do psicólogo.

Para se inscrever é muito simples: basta clicar

no terceiro banner que fica à direita na página principal do site e informar seu nome e seu endereço eletrônico.

Mais de 500 pessoas já estão inscritas no serviço e recebem o boletim a cada semana. Inscreva-se você também e receba notícias sobre a psicologia diretamente em sua caixa de correio eletrônico!

Erramos

A edição de número 11 do Jornal do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, publicada em setembro de 2006, trouxe um erro. Na matéria “Não esquecemos: concurso SMS-RJ”, publicada na página 15, consta a informação de que a convocação dos psicó-

logos aprovados no concurso foi feita sem respeitar a ordem de aprovação. A informação está incorreta. Não houve nenhuma infração cometida por parte da Prefeitura no que diz respeito à ordem de convocação dos aprovados.

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-05

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca - CEP: 20260-280
Tel/Fax: (21) 2139-5400 - E-mail: crprj@crprj.org.br
site: www.crprj.org.br

Diretoria Executiva:

José Novaes - *Presidente* - CRP 05/980
Marília Alvares Lessa - *Vice-presidente* - CRP 05/1773
Maria Christina Magalhães Orrico - *Secretária* - CRP 05/927
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho - *Tesoureiro* - CRP 05/26077

Membros Efetivos:

Alessandra Daflon dos Santos - CRP 05/26697
Ana Lucia de Lemos Furtado - CRP 05/465
Cecília Maria Bouças Coimbra - CRP 05/1780
Fabiana Castelo Valadares - CRP 05/28553
José Henrique Lobato Vianna - CRP 05/18767
Luiz Fernando Monteiro Pinto Bravo - CRP 05/2346
Maria Beatriz Sá Leitão - CRP-05/3862
Maria Márcia Badaró Bandeira - CRP 05/2027
Nélio Zuccaro - CRP 05/1638
Noeli de Almeida Godoy de Oliveira - CRP 05/24995
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira - CRP 05/10564

Membros Suplentes:

Ana Paola Frare - CRP 05/26474
Carla Silva Barbosa - CRP 05/29635
Cynthia Maria da Costa Losada - CRP 05/16800
Marcos Carlos Adissi - CRP 05/28455
Mônica Maria Raphael da Roza - CRP 05/22833
Paula Rebello Magalhães de Oliveira - CRP 05/23924
Queiti Batista Moreira Oliveira - CRP 05/29630
Sílvia Helena Santos do Amaral - CRP 05/10287
Valéria da Hora Bessa - CRP 05/28117
Valéria Marques de Oliveira - CRP 05/12410
Walter Melo Júnior - CRP 05/19407

Comissão Editorial:

Alessandra Daflon dos Santos
Cecília Maria Bouças Coimbra
Maria Beatriz Sá Leitão

Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro - MTB 15963/97/79

Projeto Gráfico

Octavio Rangel

Redação

Carolina Selvatici
Wang Pei Yi (estagiária)

Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.
(21) 2232-3866 / 3852-6820

Impressão

Ediouro Gráfica e Editora S/A

Tiragem

26.000 exemplares

Periodicidade

Trimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Filiado à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)

Cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail ascom@crprj.org.br

A diversidade das práticas psicoterápicas

Em maio de 2006, a partir de uma demanda do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, a Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos decidiu pela criação de um grupo de trabalho para discutir as questões da psicoterapia. O grupo, coordenado pelo CRP-RJ e composto por representantes dos CRPs 02 (PE), 04 (MG) e 07 (RS) e do Conselho Federal, ficou responsável por discutir e organizar um Fórum Nacional sobre psicoterapia, com a finalidade de debater essas questões com os profissionais.

Diversos assuntos foram sugeridos para o debate no GT, e consequentemente no Fórum. Entre elas, uma série de questões clássicas da psicoterapia como a definição do campo, suas diferentes correntes e uma possível regulamentação. Por acreditar que qualquer iniciativa visando uma regulamentação deve ser precedida de um debate muito amplo e visando incentivá-lo cada vez mais, o CRP-RJ decidiu levantar mais uma vez essas questões e perguntar: afinal, o que é psicoterapia? Existem padrões de comportamento ou diretrizes a serem adotadas pelos profissionais da área?

Na verdade, não. A psicoterapia é muito rica em teorias, que foram sendo desenvolvidas através da história. Cada uma gerou uma abordagem terapêutica, que desenvolve um método diferente de terapia. Aqui apresentamos diversas delas. Vale salientar que além das práticas aqui mencionadas existem muitas outras correntes neste vasto campo das psicoterapias. O que se propõe é apresentar algumas delas sem esgotar as discussões e debates.

Podemos dizer que a terapia, genericamente definida como cura pela palavra, originou-se na psicanálise. Criada no final do século XIX, pelo médico austríaco Sigmund Freud, a psicanálise inaugurou um conceito de cura separado da cura médica tradicional, que trata o sintoma ou uma doença. “Para a psicanálise, o processo de cura implica em passar pela singular experiência do inconsciente daquele que se submete ao método freudiano da associação livre”, diz o psicanalista e analista institucional Eduardo Losicer. Para a clínica psicanalítica, a “doença” tem um sentido que está afastado da consciência. Ao pedir ao paciente que fale livremente, sem censura ou crítica, ela permite que a pessoa fale mais do que sabe, pois o que o psicanalista pode ouvir do paciente, “não é apenas o que ele sabe e esconde de outras pessoas (a confissão), mas principalmente o que não sabe (o inconsciente)”. Assim, a cura dos sintomas virá como consequência do processo analítico e não como seu objetivo. E, longe de criar um diagnóstico médico de doença, a psicanálise trabalha com a iniquadrável singularidade do sujeito. “Apesar de ter nascido da neurologia, com base no diagnós-

(Continua na próxima página)



(Continuação da página anterior)

tico da patologia orgânica, a psicanálise não é classificatória”, afirma Eduardo, “Ela tem mais a ver com o que a pessoa quer (inconscientemente) do que com o que ela tem ou é (identidade)”.

A partir da teoria freudiana se originaram diversas outras correntes psicanalíticas. Desenvolvidas por colaboradores ou não de Freud, elas compartilham suas bases teóricas com a psicanálise, mas têm focos em pontos diferentes (leia box sobre a psicoterapia breve no fim da página). A psicanálise junguiana, por exemplo. Desenvolvida pelo suíço Carl Gustav Jung, colaborador direto de Freud e responsável por uma série de conceitos ainda adotados da psicanálise freudiana, ela também trabalha com conceitos como os de inconsciente e recalque, mas introduz uma diferença, que Jung chamava de “inconsciente coletivo”. “Enquanto para Freud o inconsciente é algo recalçado, para Jung o inconsciente tem também algo que não foi vivido. O psiquismo para a Jung tem um movimento em direção a uma totalidade, enquanto a consciência é sempre algo parcial. Tudo aquilo que falta na ‘minha’ parcialidade vai ser expresso por esse inconsciente. Então, a psicanálise junguiana não trabalha só com o inconsciente recalçado, mas também com os potenciais de desenvolvimento psíquico”, afirma Carlos Bernardi, psicólogo clínico junguiano e fundador do grupo RUBEDO. Além disso, a psicanálise junguiana é, segundo Carlos, aberta à diversidade. “Jung acreditava que nenhuma teoria dava conta do psiquismo. Por isso, incentivava a leitura de

outros autores e teorias. Assim, dentro da própria psicanálise junguiana, os analistas trabalham com técnicas muito diferentes”.

A psicanálise reichiana também é derivada da teoria freudiana. O austríaco Wilhelm Reich, responsável pela sua elaboração, colaborou durante muito tempo com Freud, mas começou a buscar alternativas para a abordagem clínica freudiana que, segundo ele, apresentava insuficiências em certas condições. “Reich começou a prestar atenção não só no

A Psicanálise Freudiana



“Acho que a noção que singulariza a psicanálise freudiana é a transferência. Se há uma teoria, um conceito que a psicanálise revelou, foi esse. Ela é um conceito usado em outras abordagens, mas apenas na psicanálise ela é analisada.”
Eduardo Losicer, psicanalista e analista institucional

A Psicanálise Junguiana

“Acho que a psicanálise junguiana se diferencia primeiro pela postura do analista junguiano, mais aberta, mais próxima, para compartilhar, enfrentar o mundo. Porque o analista é uma pessoa que ‘sofre’ o inconsciente da mesma forma que o paciente. Além disso, Jung pensava uma concepção diferente do psiquismo. Enquanto as outras correntes da psicologia trabalham uma perspectiva pessoal, em que as manifestações do inconsciente são subjetivas, Jung gosta de pensar esse inconsciente como objetivo, arquetípico. E, terceiro, uma inclinação a aceitar perspectivas de outras escolas também. Ou seja, uma pré-disposição a ouvir outras explicações para o psiquismo.”

Carlos Bernardi, psicólogo clínico junguiano e fundador do grupo RUBEDO

conteúdo, mas na forma como as coisas eram ditas e a perceber que determinadas propriedades, dinâmicas e características corporais tinham relação direta com a vida emocional”, diz Nicolau José Maluf Junior, psicólogo analista reichiano, organomista e diretor do Instituto de Formação e Pesquisa Wilhelm Reich, “Nesse momento, o corpo real, não só o corpo representado, surge na clínica”. A partir disso, Reich criou um instrumental que visava a alcançar, mobilizar e reestruturar estas dinâmicas e os comportamentos corpóreos, mas sem abandonar a dimensão inconsciente. Mas Nicolau salienta que, devido à grande extensão dos interesses de

Reich, hoje e existem muitas diferenças entre as interpretações sobre o que é uma abordagem reichiana. “Você tem hoje desde reichianos que têm parentesco com uma abordagem estritamente corporalista até reichianos que entendem que o trabalho se compõe de duas frentes: a análise do caráter (uma derivação da análise das resistências) conjugada a uma abordagem corporal”.

Outra corrente que segue os princípios do tratamento psicanalítico é a winnicottiana. Criada por Donald Woods Winnicott, um pediatra e psicanalista inglês, a psicanálise winnicottiana também usa o manejo da transferência, o respeito pela resistência

A psicoterapia breve

Desde o início, a psicanálise pensa sobre as possibilidades do seu método - a escuta analítica - ser aplicado nas instituições em geral e nas instituições da saúde pública em particular. Para verificar estas possibilidades, há muitos anos se mantém uma pesquisa clínica que investiga sobre as possibilidades do método freudiano na genericamente chamada “terapia breve”. “Investigamos sobre os efeitos do tempo curto na clínica analítica, sem renunciar a seus pressupostos básicos”, afirma Eduardo Losicer. “E os resultados têm sido bons”, completa.

positivada do paciente e o emprego da interpretação do recalco como instrumento para a elaboração dos conflitos afetivos. Só que Winnicott entendia que o método clássico psicanalítico era adequado às configurações neuróticas, mas não para os pacientes mais regredidos que se aventurava a atender. “Por isso, ele desenvolveu um estilo clínico no qual o psicanalista

se disponibiliza para ser ‘usado’ pelo analisando, não no sentido de um feixe de projeções de fantasmas pré-existentes a serem interpretados, mas no sentido de poder ser reconhecido como uma substância diferente-de-si”, afirma Daniel Kuperman, psicólogo e psicanalista membro da Formação Freudiana e doutor em teoria psicanalítica pela UFRJ. “O espaço terapêutico, na corrente winnicottiana, pode ser definido como uma área de experimentação no meado de *brincar compartilhado*, e o psicanalista não pretende se destacar das possibilidades criativas inauguradas pela constituição de tal espaço. O que se espera é que o analisando possa, gradualmente, se despojar das posições reativas rumo ao gesto espontâneo e ao viver criativo. Em última instância, que o paciente que não sabe brincar possa aprender a brincar com o psicanalista (este, claro, deve saber brincar, o que muitos preferem esquecer)”.

Já o psicanalista Jacques Lacan propõe uma releitura do texto de Freud, levando às últimas conseqüências a tese do inconsciente. Assim

A Psicanálise Reichiana



“A prática reichiana se diferencia das outras correntes psico-corporais não só por ela ser a original, no sentido de ter sido a primeira, mas também porque tem uma perspectiva teórica muito mais ampla. Mas,

principalmente, ela se diferencia porque Reich construiu um pensamento intrinsecamente coerente, produzindo uma lógica que permite que certas noções e questões pertencentes ao pensamento reichiano possam ser transpostas para outros campos.

Muitas outras abordagens baseiam suas perspectivas em analogias ou metáforas de uma forma mais poética do que qualquer outra coisa.”

Nicolau José Maluf Junior, psicólogo, analista reichiano, organomista e diretor do Instituto de Formação e Pesquisa William Reich

ra do Departamento de Psicologia da UFE “Freud funda a psicanálise ao escutar as pacientes históricas e verificar que suas queixas eram determinadas por uma outra lógica, a lógica do inconsciente - também responsável pelo trabalho dos sonhos. Lacan propõe uma releitura de Freud baseado em que tanto os sintomas históricos como os sonhos são constituídos fundamentalmente por matéria verbal. Da mesma forma, a sexualidade hu-

como na psicanálise freudiana, “o que é usado no tratamento não é tanto a cura dos sintomas, mas um trabalho de construção de um saber inconsciente, que determina o sujeito e seu sintoma. Nesse sentido a psicanálise não se inclui no campo das psicoterapias”, afirma Leticia Balbi, psicanalista, membro da Escola Letra Freudiana e profes-

sora do Departamento de Psicologia da UFE “Freud funda a psicanálise ao escutar as pacientes histó-

A Psicanálise Winnicottiana



“Winnicott privilegiou o papel do ambiente na constituição da subjetividade e destacou as figuras do trauma, da regressão à dependência e do jogo no manejo clínico. Além disso, ele tratava pacientes cuja configuração subjetiva se afastava das neuroses clássicas.

Ele desenvolveu um estilo clínico no qual o psicanalista se disponibiliza para ser “usado” pelo analisando, não no sentido de um feixe de projeções de fantasmas pré-existentes a serem interpretados, mas no sentido de poder ser reconhecido como uma substância diferente-de-si.”

Daniel Kuperman, psicólogo e psicanalista membro da Formação Freudiana, doutor em teoria psicanalítica pela UFRJ

mana é determinada pela linguagem. Daí sua afirmação de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. Ela explica ainda que, na psicanálise, “mais fundamental do que fazer um diagnóstico baseado num saber técnico ou médico é sustentar a singularidade da causa do desejo de cada sujeito e de cada análise. Nesse sentido cada análise reinventa a psicanálise. Neste campo, portanto, não se trata de aplicação de técnicas psicoterápicas”. Leticia salienta que, por essas e outras especificidades, muitos psicanalistas não consideram a psicanálise como parte das psicoterapias. “Enquanto o psicoterapeuta responde à demanda de cura, identificando-se ao lugar de saber em que é colocado pelo paciente - respondendo, por exemplo, com conselhos e prescrições que garantem este saber -, o analista se abstém dessa mestria, suspendendo seu saber, suas boas intenções e até mesmo suas ambições terapêuticas, para que o analisando possa desdobrar no campo das associações livres, suas questões e sua posição frente ao desejo e frente aos outros”. (leia box na próxima página)

Podemos dizer que a terapia cognitivo-com-

portamental (TCC)

é outra força entre as

psicoterapias. Dife-

rente da psicanálise,

a TCC parte do pres-

suposto que os seres

humanos são resul-

tados de aprendiza-

gens. “Cada pessoa

aprende comporta-

mentos, sentimen-

tos e pensamentos. E

esses nossos senti-

mentos dependem

de como avaliamos

os acontecimentos.

O que acontece é

que muitos desses

(Continua na

próxima página)

(Continuação da página anterior)

sentimentos podem ocorrer a partir de avaliações distorcidas”, afirma Bernard Rangé, professor do programa de pós-graduação em psicologia da UFRJ, “Portanto, o que cabe é ajudar as pessoas a fazerem uma avaliação mais objetiva, mais realista daquilo, sem a influência dessas distorções. A TCC vai, então, se caracterizar por um questionamento das interpretações que as pessoas trazem e

algo como um treino de habilidades para que as pessoas possam manejar melhor seus estados de

A Psicanálise Lacaniana

“Na psicanálise encontramos uma passagem da abordagem tecno-terapêutica para uma perspectiva ética, cuja orientação não é o triunfo rápido sobre os sintomas, ou a reabilitação psicossocial da loucura. A psicanálise não lida apenas com isso, ela lida com a alienação do sujeito na civilização científica, que visa com todas as suas técnicas e aparatos uma certa “objetificação” do sujeito. Uma análise deve possibilitar ao sujeito, que assim o queira, posicionar-se como desejante no laço social com os outros. Assim, a medida ética de nossa ação é a relação com o desejo que a habita. A aposta da análise é, portanto, operar com o desejo como medida de nossa ação e não apenas em conformidade com os ideais da cultura e de suas ideologias.”

Letícia Balbi, psicanalista, membro da Escola Letra Freudiana e professora do Departamento de Psicologia da UFF.

soa deixasse de ser higiênica ou parasse de se preocupar com detalhes em documentos. O concei-

ansiedade ou aprender habilidades sociais. A terapia vai se oferecer como uma oportunidade de novas aprendizagens”. Nesse sentido, a idéia de um diagnóstico faz parte da terapia cognitivo-comportamental, mas não exatamente a idéia de cura. “Acho que não se pode mais pensar em cura e sim em prejuízo melhor ou pior. Pensar em uma cura para o transtorno obsessivo compulsivo, por exemplo, seria teoricamente fazer com que a pes-

soa deixasse de ser higiênica ou parasse de se preocupar com detalhes em documentos. O conceito de cura não faz sentido propriamente. O que faz realmente sentido é você conseguir fazer com que o paciente melhore a sintomatologia que o fez procurar o tratamento”, afirma Bernard.

A corrente humanista também está entre as psicoterapias e tem sua referência clássica na gestalt-terapia e na terapia centrada na pessoa. Surgida nos anos 50, a psicoterapia centrada na pessoa foi criada pelo psicólogo e pedagogo Carl Rogers e introduziu uma nova perspectiva nas terapias, rejeitando a idéia de que todo ser humano possui uma neurose básica. Além disso, modificou o papel do terapeuta, que não deveria impor suas interpretações. “Aqui, a vivência, o que o sujeito fala de si é o foco principal da terapia”, afirma Márcia Alves Tassinari, professora e supervisora do Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Estácio de Sá e sócia-fundadora do Centro de Psicologia da Pessoa. “Rogers parte de um princípio de tendência atualizante ou tendência à realização. Segundo ele, todas as pessoas têm capacidade de crescimento e desenvolvimento normais, então não há por que dirigi-las de fora. A tarefa da terapia seria criar um ambi-

Psicanálise e Psicoterapia

Várias instituições psicanalíticas não consideram a psicanálise parte das psicoterapias e vêm trabalhando para salientar essa diferença. Para estas instituições, a psicanálise contém uma outra lógica ou, como afirmam as psicanalistas paulistas Ana Mariza Fontoura Vidal, Liège Selma Lise e Maria Benedita Rodrigues Pavan no artigo “Inocência é um belo romance”, publicado em 04 de julho de 2004, quando da votação do projeto de Lei 2347/03 que pretendia regulamentar a profissão de psicoterapeuta, “uma outra relação entre sujeito, objeto e verdade, o que a impossibilita de estar correlacionada a outros constructos teóricos, todos pertencentes a uma mesma posição lógica. Não se trata de uma questão de diferença de conteúdo teórico, mas sim de outro paradigma de pensamento lógico. É isso que retira a

psicanálise e sua práxis da apenas diversidade de outras práticas psicoterápicas”.

Consequentemente, estes psicanalistas são contra qualquer tipo de regulamentação da prática, por conta de sua formação específica. Diversos movimentos foram fundados para discutir e lutar contra essa regulamentação. Um dos mais importantes é o Movimento de Articulação de Entidades Psicanalíticas, do qual faz parte entidades como a Associação Brasileira de Psicanálise, a Associação de Fóruns do Campo Lacaniano, a Escola Brasileira de Psicanálise, a Escola de Psicanálise Letra Freudiana, entre outras. Em carta à revista IstoÉ de nº 1839, em resposta à matéria “Enquadrando Freud”, a Articulação afirma manter “uma luta ativa contra a regulamentação da psicanálise, como forma de



salvaguardar e manter a especificidade de sua disciplina. (...) Entendemos que qualquer enquadramento da psicanálise a regulamentos acadêmicos ou profissionais compromete as condições de seu exercício e de sua transmissão e ressaltamos que a psicanálise no último século se desenvolveu à margem de qualquer regulamentação, na base do confronto de idéias e práticas”.

ente facilitador, para que o sujeito possa ter oportunidade de mudança, para que ele possa se reconhecer verdadeiramente quem é". A abordagem dada por Rogers à terapia de grupo também foi inovadora. "Nos anos 60, percebendo que os grupos poderiam potencializar a tendência atualizante, ele desenvolveu uma metodologia muito específica para trabalhar com grupos, que chamou de 'grupos de encontro'. Na década de 70, ele começou a trabalhar com grandes grupos, de 100, 200, 500, até 2000 pessoas, na tentativa de usar os princípios dos grupos de encontro e da

terapia na transformação da cultura, o que ele veio a chamar de 'workshop de grande grupo'. Isso é uma terapia com 2000 pessoas? Não. É uma iniciativa para potencializar esses grupos para que eles possam ser multiplicadores em suas comunidades".

Também criada nos anos 50, a gestalt-terapia foi inicialmente baseada nas idéias da psicologia da gestalt e constituiu sua visão de homem a partir da filosofia humanista-existencial. Desenvolvida por Friederich Perls, Laura Perls e Paul Goodman

A Terapia cognitivo-comportamental



"As terapias cognitivo-comportamentais têm sua singularidade no reconhecimento da importância dos processos

cognitivos como influências nos sentimentos e comportamentos que nós apresentamos. Não apenas isso, mas a influência mútua, recíproca, dos sentimentos em relação aos pensamentos e vice-versa e do efeito disso sobre os comportamentos e também dos comportamentos em relação a isso. Essa equação básica me parece central na terapia cognitivo-comportamental, junto com a idéia de que nós somos resultados de aprendizagens e a terapia é uma oportunidade de novas aprendizagens."

Bernard Range, professor do programa de pós-graduação em psicologia da UFRJ

psicoterapeuta e professora da UFRJ. Nesse sentido, a gestalt-terapia espera que o paciente tenha a capacidade de perceber o que se passa dentro e fora de si no momento presente, em nível

A Terapia centrada na pessoa

"Acho que o que diferencia a Terapia Centrada na Pessoa, até das outras terapias humanistas e existenciais, é uma 'centração' no cliente. O cliente é o guia do trabalho do terapeuta. Ele tem o seu poder pessoal. Na verdade, a terapia não vai dar poder a ninguém, ela vai propiciar que o cliente use seu poder pessoal, se aproprie dele. Assim, ele vai se sentir cada vez mais livre para exercer o seu poder de escolha, de autonomia, de gerir sua própria vida."

Márcia Alves Tassinari, professora e supervisora do Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Estácio de Sá e sócia-fundadora do Centro de Psicologia da Pessoa

como modelo psicoterapêutico, a gestalt se utiliza do método fenomenológico e combina concepções existencialistas, dialógicas e de campo ao processo de transformação e crescimento dos seres humanos. "A gestalt vê como o processamento perceptivo que fazemos das coisas pode ser trabalhado também dentro da psicoterapia. Uma proposta da gestalt é que você possa experimentar, ou seja, vivenciar as coisas. Não é algo que passe só por um entendimento racional, mas por uma compreensão integral", afirma Alexandra Tsallis, psicóloga e

professora da UFRJ. Nesse sentido, a gestalt-terapia espera que o paciente tenha a capacidade de perceber o que se passa dentro e fora de si no momento presente, em nível corporal, mental e emocional. "Se pensarmos em uma cura, ela é, na verdade, o aumento do leque de possibilidades. No texto Teoria Paradoxal da Mudança, Arnold Beisser discorrendo sobre o processo psicoterápico diz: 'Em outras palavras consiste nisso: a mudança ocorre quando (Continua na próxima página)

O teatro do Oprimido

O Teatro do Oprimido (TO) é um Método Estético surgido no começo dos anos 70 no Brasil, que utiliza Exercícios, Jogos e Técnicas Teatrais com o objetivo de desmecanizar fisicamente e intelectualmente seus praticantes, ao mesmo tempo em que democratiza o teatro. Criado por Augusto Boal, o TO cria condições práticas para que o "oprimido" se aproprie dos meios de produzir teatro e assim amplie suas possibilidades de expressão, além de estabelecer uma comunicação direta, ativa e propositiva entre espectadores e atores.

Dentre as várias técnicas do Teatro do Oprimido, uma que se destaca é o "Arco-Íris do Desejo", um conjunto de técnicas terapêuticas e teatrais utilizado por psicoterapeutas de todo o mundo. A técnica, desenvolvida para trabalhar questões interpessoais e individuais, foi criada por Boal e sua mulher, Cecília, que é psicanalista. Nela, os atores teatralizam as opressões internalizadas a fim de resolvê-las. Estão aí incluídas não só as opressões óbvias, como a da polícia, mas opressões como a falta de comunicação, o medo da solidão e a polícia interna de cada um. A técnica busca decompor essas opressões e transformá-las em teatro, e em imagens. Seria a partir da visualização dessas imagens que se dar ia a transformação dessas situações.

O TO trabalha com diversas outras técnicas e está hoje presente em instituições diversas como o sistema prisional e a rede de saúde mental. O Centro de Teatro do Oprimido (CTO-Rio) realiza regularmente oficinas em sua sede e vários projetos de capacitação da metodologia do TO no Brasil e no mundo.

(Continuação da página anterior)

uma pessoa se torna o que é, e não quando tenta converter-se no que não é. Nesse sentido, a terapia é o processo pelo qual a pessoa pode ser o que ela já é”, diz Alexandra.

A terapia sistêmica, iniciada a partir da terapia de família também nos anos 50, trouxe uma visão menos intrapsíquica e mais relacional às terapias. “A terapia sistêmica considera o mundo interno como

parte de um mundo de relações. A forma de cada um pensar é derivada de uma forma de relação e implica outras formas de relação”, afirma Rosana Rapizo, psicóloga, mestre em psicologia clínica e diretora do Instituto de Terapia de Família do Rio de Janeiro. “Então não usamos quase as categorias de diagnósticos no tratamento, porque elas foram pensadas para o indivíduo e não para relações”. Assim, segundo Tania Martins, psicóloga e terapeuta de casal e família, não há um objetivo fechado na terapia sistêmica, mas “ele vai sendo co-construído com o cliente na terapia. O terapeuta sai da posição de especialista e vê o paciente como especialista de seu próprio sofrimento. O diagnóstico é, então, pensado como uma hipótese dinâmica e provisória, a ser explorada no processo terapêutico. Ele pode ser revisto e transformado à medida em que o trabalho vai se desenvolvendo, já que o ser humano está sempre em transformação”.

O psicodrama é outra abordagem importante. Criado por Jacob Levy Moreno, médico psiquiatra romeno, o psicodrama originou-se de suas experiências em Viena, em 1924, com um novo tipo de teatro, chamado de “Teatro da Espontaneidade”, e desenvolveu-se a partir da década

A gestalt-terapia



“Acho que a gestalt-terapia está principalmente voltada para o aqui e agora, entendendo que o aqui e o agora não são sinônimos do presente, mas sim do que está presente no momento. Nesse sentido, ela trabalha com o fenômeno e ela trabalha enfatizando a dimensão vivencial, ou seja, se pensarmos didaticamente, com aquilo que é uma mistura do pensar, agir e sentir.”

Alexandra Tsallis, psicoterapeuta e professora da UFRJ

de 30, nos Estados Unidos, para onde Moreno emigrou e se estabeleceu até seu falecimento em 1974. O psicodrama teve influência da fenomenologia e da filosofia existencialista e também traz uma visão sistêmica, do homem como um ser-em-relação. “O psicodrama funciona através da dramatização espontânea de cenas das questões trazidas por um cliente ou por todo um grupo, nas quais são postos em ação, no contexto

dramático, os papéis privados e sociais dos membros do grupo. Segundo Moreno, nosso ego é formado pelos diversos papéis que desempenhamos na vida: filho, pai, mãe, profissional, amigo, político, cidadão, etc. Estes papéis podem estar bem desenvolvidos e harmonizados entre si, ou podem estar mal desenvolvidos, conflitivos, gerando sofrimento. O desempenho dos papéis no contexto dramático leva o cliente a entender como seus papéis se formaram no contexto familiar e social e se tornaram fonte de problemas e experimentar, através da dramatização, formas de ir transformando satisfatoriamente os seus papéis”, afirma Vitória Pamplona, psicoterapeuta psicodramatista e coordenadora de grupos de gestantes e casais grávidos. “Assim, a terapia psicodramática tem como objetivo propiciar a capacidade do sujeito de dar respostas

novas e adequadas às situações, compreendendo e levando em conta a si próprio, ao outro e à sociedade (espontaneidade e a criatividade), desenvolvendo a responsabilidade do homem por si e por todos os outros e sua capacidade de viver encontros” (ver box sobre Teatro do Oprimido na página anterior).

A clínica transdisciplinar é um outro tipo de abordagem baseada em idéias desenvolvidas por Espinoza, Nietzsche, Michel Foucault, Giles Deleuze e Félix Guattari. No entanto, longe de ser uma técnica diferente, “sustentada por teorias repletas de categorias universais modeladoras, ela é uma prática preocupada com a produção de modos singulares e potentes de viver, agir e pensar – outros modos de subjetivação”, afirma a médica e analista Ana Rego Monteiro, “Entendemos que a clínica sempre se produz criando ao mesmo tempo o objeto de sua intervenção, ou seja, uma certa concepção de subjetividade”. Nesse sentido, a necessidade de um diagnóstico não cabe: “Partimos do pressuposto de que os quadros psicopatológicos descritos pela psiqui-

atria contemporânea fazem parte do processo de produção da subjetividade dominante. Desta maneira, afirmamos uma prática clínica micropolítica, nos afastando assim de uma perspectiva de cura para afirmar uma prática de sustentação de passagens. Analisamos em cada caso, com cada cliente, a trajetória de

constituição do sintoma, como experiência singular de sofrimento que necessariamente se relaciona ao combate experimentado entre forças: forças aprisionadoras da vida e forças liberadoras da potência coletiva de uma vida”. Ana tam-

A Terapia Sistêmica



“O principal da teoria sistêmica, o que a singulariza, é esse deslocamento de uma visão intra-individual para uma visão relacional, que coloca o indivíduo sempre em contexto. E que entende até esse mundo interno dele como um mundo de relações, como se constrói um indivíduo a partir dessas relações.”

Rosana Rapizo, mestre em psicologia clínica e diretora do Instituto de Terapia de Família do Rio de Janeiro

bém explica que essas diferenças da clínica transdisciplinar influem no modo como a ética é pensada: “Definimos a clínica não como um espaço delimitado por fronteiras morais dadas, mas como atitude desviante que passa a afirmar uma ética em oposição à moral. Nosso trabalho comporta a distinção e escolha entre dois modos possíveis de subjetivação: o modo ascético e moral e o modo de vida ético. No primeiro, temos um modo assujeitado às prescrições do que “tenho que” fazer, pensar e crer de acordo com os modelos difundidos como metas de “sucesso”. E um segundo, marcado pela atividade crítica como condição de criação de outras maneiras de viver. É este último que define o que poderíamos chamar de atitude crítico-clínica: uma atitude que implica em escolhas ativas e define uma ética pela potência de afirmar um contínuo e incessante processo de diferenciação”.

Apesar de terem visões tão diferentes quanto ao método, a maioria das abordagens concorda em relação ao objetivo das psicoterapias. Segundo Ana Monteiro, toda clínica trabalha “com o sofrimento humano”. Do mesmo modo, Márcia Tassinari afirma que “todas as correntes visam uma mudança, seja na personalidade, seja no comportamento”. Ou como Tania Martins resume, toda terapia procura “criar um bom encontro entre terapeuta e cliente, de modo que se crie um espaço favorável para que as mudanças aconteçam”.

Além disso, as diferentes abordagens também concordam quanto à relação ética do terapeuta

com o paciente: o respeito à autonomia do paciente e o conhecimento sobre as próprias limitações são pontos centrais nessa questão. É como afirma Daniel Kupermann: “O psicanalista deve se direcionar pelo que podemos chamar de uma ‘ética do cuidado’. Seu compromisso maior é com a pessoa que padece, e da qual se dispõe a

tratar, buscando transformar o sofrimento restritivo e facilitar a emergência de processos criativos.” Do mesmo modo, Bernard Rangé afirma que “ética é respeitar o que o paciente traz. Aceitar a queixa que ele traz como algo significativo, fazê-lo ver que você está interessado em sua melhora, mostrar compreensão empática para que ele se abra e possa compartilhar”.

Mas Eduardo Losicer salienta que nem sempre a ética é vista pela sociedade em seu sentido clássico: “A psicanálise sempre teve mais a ver com um rompimento com determinadas éticas – a moral vitoriana da época do Freud, por exemplo – do que com uma ética própria pré-definida. Mas o que constatamos hoje é que a definição formal

O Psicodrama



“Creio que a grande marca do psicodrama é não dicotimizar o ser humano e sim integrar mente/corpo, ação/reflexão, emoção/razão, hoje/ontem/amanhã, ciência/arte.

Talvez a principal diferença em relação a outras terapias seja integrar ciência e arte, pois surgiu do teatro e se constituiu como um corpo científico, sem perder a veia artística e a alegria.”

Vitória Pamplona, psicoterapeuta psicodramatista e coordenadora de grupos de gestantes e casais grávidos

de uma ética é um problema do mercado, não do ofício. O mercado exige uma normalização na prática, que garanta a qualidade do ‘serviço’ a uma clientela”. André Martins, filósofo, psicanalista e professor da Faculdade de Medicina da UFRJ, concorda e aponta que se o paciente chega ao consultório com essa ideia de uma ética, de um comportamento fechado, cabe ao terapeuta transformá-la: “Em um certo sentido, isso é o que acontece sempre. Acho que cabe ao psicoterapeuta observar essa demanda não entrando nela. Se o paciente chega com uma demanda de uma normalização, não cabe ao terapeuta negá-la e nem tampouco corresponder a ela. Cabe sim acolhê-la e ajudar a transformá-la. Cabe a ele dizer, ‘vamos descobrir juntos’ o sentido de sua demanda”.

Para alguns, “a linha teórica importa mais para o terapeuta, porque ela é uma reflexão que ele vai fazer a posteriori, então ele tem que se sentir confortável. Claro que as linhas são distintas e isso faz diferença no modo de intervir, mas elas não são hierarquicamente organizáveis, são apenas diferentes”, como afirma Alexandra Tsallis. O importante na verdade para que a terapia seja ética, em qualquer corrente, é pensar em garantir o respeito ao paciente. “Pensar só no resultado seria dizer que os fins justificam os meios e dentro da ideia de ética é exatamente o contrário. Fim nenhum justifica um caminho que não seja ético”, afirma André Martins.

As entrevistas feitas para esta matéria estão disponíveis na íntegra no site www.crprj.org.br

A Clínica Transdisciplinar



“A clínica transdisciplinar se distingue das práticas disciplinares e se configura como uma prática ético-política. Entretanto, como não se trata de teoria, é a partir dos impasses, dos incômodos

experimentados no processo de diferenciação de si que somos chamados a intervir. Mas, se falamos de impasse, falamos de forças de resistência que se expressando em meio a uma luta nos fazem experimentar uma crise. Assim, crise, desestabilização, desvio são indicativos de momentos de passagem que ocorrem na experiência processual da constituição de si, marcando o tempo de uma mutação.”

Ana Rego Monteiro, médica e analista.

A psicologia como dispositivo etopoiético



Nádia Filomena Ribeiro da Silva, Marcelo Santana Ferreira e Maria Aparecida dos Santos*

Sabemos que se há uma marca indelével neste campo de diversas práticas que é a Psicologia, decerto estamos nos referindo às implicações de sua heterogeneidade epistemológica. Tal heterogeneidade, moeda corrente nos manuais de história da psicologia, nos aparece hoje de forma monumental na profusão de práticas credenciadas pelas agências de formação. Mal saída da infância acolhedora que o século vinte lhe proporcionou, dando-lhe uma face eminentemente adaptacionista e solícita aos interesses de uma sociedade que soube professar, como nunca, o mito da salvação individual e do controle coletivo, vemos a Psicologia, neste início de século, em sua tão esperada maturidade, atingida, justamente, no centro nevrálgico de seu funcionamento, isto é, em sua dimensão ética. Isto significa que, se posta à prova, sua própria legitimidade passa a estar em jogo.

O ensino da ética neste contexto sofre retração. Para a reflexão ética é exigido um tempo. Um tempo *ethopoiético* (Gros, 2006) comprometido não apenas com os regimes de aquisição de conhecimento, mas um tempo que engendre modificações no modo de ser do sujeito, garantindo um redimensionamento mais afinado de sua conduta. Ou seja, o tempo oportuno de maturação do eu ético, oposto ao modelo individualista do ethos narcisista do cuidado contemporâneo. Tempo provavelmente ocioso e inútil para

a propalada ideologia do *time is money*, mas radicalmente necessário ao estranhamento ético, fundamental à manutenção daquele que pretende velar pelo direito à vida e à liberdade.

Uma infinidade de questões — e explicamos, questões jurídicas, educacionais, políticas, administrativas, científicas, religiosas, dentre outras tantas — é endereçada aos profissionais de psicologia que se vêem ocupados, recorrentemente, com uma produção maciça de regulamentação de suas práticas cotidianas. As respostas, como era de se esperar, tendem a encarnar os pressupostos fundamentalistas distribuídos de forma oportunamente irrefletida e diluída nas diferentes áreas de atuação, engendrando uma espécie de estetização do comportamento ético profissional do psicólogo, ou seja, uma caricaturização da dimensão ética de seu exercício profissional. Lamentável! Os códigos de ética são tomados como um fim em si mesmos. Para muitos profissionais, basta consultar, cumprir e reduzir os impasses com os quais se defrontam cotidianamente à obstáculos burocraticamente superáveis por todo um enredo jurídico-moral.

A fim de compreendermos o que tem sido defendido como formação ética do profissional de psicologia, realizamos uma pesquisa sobre ética na formação, em faculdades e universidades que oferecessem cursos de psicologia, no estado do Rio de Janeiro. Apesar de termos encontrado algumas dificuldades de inserção nestas agências de formação, conseguimos entrevistar coordenadores de curso, coordenadores de SPA, professores de Ética e alunos de psicologia que já tivessem cursado a disciplina de Ética.

Por conseguinte, convidamos o leitor a uma reflexão sobre o que temos encontrado nas propostas de trabalho ético dos profissionais envolvidos na formação dos psicólogos. Didaticamente, apesar de pequenas variantes, podemos agrupar estas propostas em duas grandes vertentes, quais sejam, uma que toma a ética como sinôni-

mo de obediência e o rorientação no motética, a partir dos já elaborados códigos de ética profissional e a outra que aposta no recurso e na sustentação prescrita pelos numerosos sistemas éticos produzidos pelas o bras da filosofia moral. Deste modo, percebemos o que se tem entendido como discurso ético indo desaguar, por um lado, numa espécie de teia de normatização institucional, e, por outro, numa erudição estéril que está muito aquém, quiçá além do mundo dos mortais (palavra dos alunos entrevistados!). Isto posto, resta-nos indagar: afinal, ética é normatização, erudição ou trata-se de outra coisa?

Em linhas gerais, podemos perceber o avanço de preocupações de natureza ética no discurso de profissionais distribuídos em diferentes segmentos das práticas psicológicas institucionalizadas. Na medida em que a pergunta sobre o destino dos homens e mulheres esbarra, necessariamente, nos efeitos do progresso tecnológico sobre a natureza e os modos de existência de contingentes significativos de indivíduos, principalmente, em se tratando do campo da saúde, o tema da ética se impõe na iminência de redefinição do estatuto do conceito de vida e em todo o aparato terapêutico proposto que vai orbitar esta questão. As práticas psicoterápicas, neste contexto, não se dissolvem devido a pregnância de questões que seriam estrangeiras ao seu próprio território, mas se vêem “convocadas” a produzir fóruns de reflexão sobre o que tem sido proposto e realizado com indivíduos que procuram os serviços dos profissionais da psicologia. A atualidade, marcada pela mercantilização da vida e pela restrição do raio de ação de profissionais que tomam exatamente a vida como seu “objeto” de manipulação requer uma atenção cuidadosa no que se refere à reflexão ética. Especialmente, no caso das psicoterapias, apesar de suas especificidades, não podemos deixar de compreendê-las em suas duas dimensões, ou seja, como um campo de atuação prática e um cam-

po de problematização ética, formando uma unidade inconsútil. A formação do profissional, tema crucial em nossa própria pesquisa, deve garantir os subsídios mínimos para que o psicólogo – independente da escola a que se filie, no caso das psicoterapias – possa compreender o sentido histórico de sua própria época e não acate a banalização do sofrimento humano e nem desconheça o atual estágio das pesquisas sobre a vida humana, já que tais pesquisas produzem importantes impactos sobre aquilo que pensamos sobre homens e mulheres e a relação entre a existência e o sofrimento.

O profissional da psicologia, historicamente situado em determinados campos de atuação em que o controle das existências é determinante, não é apenas um técnico em relações humanas. Para que se possa interpretar a sua própria época, o profissional necessita de instrumentos fornecidos por outros campos de problematização do “humano” a fim de se desprender da incômoda identidade do “administrador de conflitos” e do “apaziguador das tensões”. O discurso biologicizante e cientificizante da atualidade foi incorporado pelas próprias práticas cotidianas, levando-nos a crer que um remédio, uma cirurgia ou mesmo uma terapia de última geração possam nos eximir da responsabilidade sobre aquilo que somos, o que nos tornamos e o que precisamos modificar. As diferentes psicoterapias não podem ser

a vítima incosequente da pedagogização da existência humana, já que o exercício ético da profissão pressupõe um certo “debruçar-se” sobre o próprio tempo histórico em que nos situamos.

Para nós é notável no discurso de muitos profissionais de psicologia a necessidade de explicar-se e de justificar o caos ético-político instalado nas sociedades contemporâneas. No sentido moral, são tentativas de suportar, ao menos em tese, a indiferença e a deformação (processo inverso de formação) moral inerentes aos modos de subjetivação, aos modos do cuidado contemporâneo, que hoje se constituem como um tributo à caixa registradora, ao mito da salvação e do sucesso individual, projeto nada ético, digase de passagem.

Para nós, repensar o projeto ético da psicologia trata-se, como diz Sponville (2001), não do desejo do que não temos ou do que não é (a falta, a esperança, a nostalgia), mas o conhecimento do que é, a vontade do que podemos (tentar compreender!). Não mais a falta, mas potência (deste tipo de análise), não mais a esperança, mas a confiança e a coragem (de verdade!), não mais a nostalgia, mas a fidelidade e a gratidão (pelo que podemos pensar, ver e fazer). Ainda...

Referências bibliográficas:

Gros, Frédéric. “O cuidado de si em Michel

Foucault”. In: Rago, M. & Veiga-Neto, A. *Figuras de Foucault*. B.H.: Autêntica, 2006. p. 133.

Comte-Sponville, André. *A felicidade desesperadamente*. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

* Este texto é resultado das reflexões acontecidas no Grupo de Trabalho “Ética na formação do psicólogo” que vem funcionando neste CRP-RJ.

Autores:

Nádia Filomena Ribeiro da Silva
Psicóloga da Universidade Federal Fluminense,
Pós-doutoranda em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da UERJ e professora da UNILASALE/RJ (nadifilio@yahoo.com.br)

Marcelo Santana Ferreira
Psicólogo, Doutor em Psicologia pela PUC-RJ
e Professor de Psicologia Social do Departamento de Psicologia da UFF
(mars.ferreira@uol.com.br)

Maria Aparecida dos Santos
Psicóloga, Pós-graduanda em Psicossomática e Cuidados Transdisciplinares do Corpo pela Faculdade de Enfermagem da UFF
(irisapa@hotmail.com)

Ética na Formação do Psicólogo

O grupo de trabalho do CRP-RJ “Ética na Formação do Psicólogo: questões contemporâneas”, vem realizando, desde maio de 2005, uma pesquisa junto às instituições de graduação em psicologia do estado do Rio de Janeiro para conhecer o modo como a Ética vem sendo apresentada e discutida nos cursos de formação em psicologia. Com o objetivo de apresentar dados parciais desta pesquisa e realizar uma reflexão crítica sobre como a ética vem sendo trabalhada nos centros de formação acadêmica, o GT realizou, no dia 21 de outubro,

no auditório da sede do CRP-RJ, uma jornada com o tema “Ética na Formação do Psicólogo”.

Durante a jornada, a psicóloga e coordenadora do GT, Nádia Filomena Ribeiro da Silva, explicou a proposta e o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo GT, problematizando o projeto ético contemporâneo e suas implicações na formação e no exercício da profissão do psicólogo. Em seguida, Marcelo Santana Ferreira, professor adjunto do departamento de Psicologia da UFF, apresentou as bases teóricas usadas pelo GT, consideradas fundamentais para as discussões e

para a problematização das questões tratadas. A psicóloga Maria Aparecida dos Santos, pós-graduanda em Psicossomática e Cuidados Transdisciplinares do Corpo pela Faculdade de Enfermagem da UFF, apresentou dados referentes às análises parciais da pesquisa realizada com alunos, professores de ética e coordenadores dos cursos de psicologia em algumas instituições do Rio de Janeiro.

Uma nova jornada de ética está sendo preparada pelo GT. Fique atento ao site do CRP-RJ (www.crprj.org.br) para mais informações.

Psicologia e Informática

Nos dias 15 e 16 de novembro de 2006, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu na cidade de São Paulo o III Seminário Brasileiro de Psicologia e Informática (PicoInfo), tendo como objetivo estimular o contato dos profissionais da Psicologia com o universo da Informática. Estiveram presentes no evento aproximadamente 300 psicólogos, inclusive o conselheiro-presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-RJ José Henrique Lobato e a psicóloga e funcionária da COF Anne Meller.

O V Congresso Nacional de Psicologia (CNP) já havia apontado a necessidade de discutir o tema da Psicologia e Informática, tendo em vista a crescente utilização dos serviços tecnológicos nas mais variadas profissões. Foram levantados no encontro alguns pontos como o compromi-

so dos CRPs em dar continuidade e aprimoramento à validação de sites que prestam serviços psicológicos mediados por computador (ver box abaixo), a necessidade de se estimular produções de saberes nas universidades que promovam o avanço da relação entre a Psicologia e a Informática, e a divulgação de trabalhos produzidos no âmbito das interfaces Psicologia/Informática com o intuito de avançar neste campo de atuação.

O Seminário apresentou temas variados como: Softwares, Jogos Eletrônicos, Tecnologia, Inclusão Digital, Internet, Ensino à Distância, Cibercultura, Testes Informatizados, Teleavaliação, Sociedade em Rede e Serviços Psicológicos mediados por computador, mostrando como novos conceitos se aproximam a passos largos da Psicologia.

CRP-RJ realiza jornada em Campos



Como parte da iniciativa de se aproximar dos psicólogos do estado, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) realizou, no dia 21 de outubro, uma jornada na cidade de Campos. O evento teve a participação do conselheiro-presidente do CRP-RJ, José Novaes, da conselheira atualmente responsável pela Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH), Cecília Coimbra, e da colaboradora da CRDH, Helena do Rêgo Monteiro.

A jornada foi aberta por José Novaes, que explicou aos presentes o funcionamento do Sistema Conselhos e lembrou a todos da importância da participação nos pré-Congressos Regionais de Psicologia e no próprio Corep, que serão realizados em 2007. Em seguida, entregou as carteiras de identidade profissional aos novos inscritos presentes no evento (*foto*).

Depois de Novaes, Cecília Coimbra tomou a palavra, explicando os objetivos da CDRH e salientando a importância, para o pleatório atual do Conselho, da defesa dos Direitos Humanos na prática da psicologia. Em seguida, foi exibido o vídeo “Medicalização da vida escolar”, realizado por Helena do Rêgo Monteiro.

À tarde, José Novaes realizou uma palestra sobre Ética e Psicologia, quando explicou como foi revisto o código de ética profissional, que passou a vigorar em 2005, e salientou a importância de não se pensar em ética só pelo código: “A prática ética é muito mais do que seguir o código. É preciso pensar o que o código diz dentro de um contexto”.

Novas visitas à região já estão sendo programadas com o objetivo de aproximar o Conselho da categoria no Norte Fluminense. Fique atento ao site do CRP-RJ (www.crprj.org.br) para a divulgação das datas.

Psicoterapia “on-line”

O CFP ainda não reconhece o atendimento psicoterapêutico via computador. No entanto, a resolução do CFP de nº 12/2005, que regulamenta o atendimento psicoterápico e outros serviços mediados por computador, admite este tipo de atendimento em caráter experimental, desde que o projeto de pesquisa siga as regras da Comissão Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e do CFP, respeite o Código de Ética Profissional do psicólogo e que não sejam cobrados honorários, entre outras exigências.

A resolução estabelece ainda que serviços não-psicoterápicos podem ser realizados via computador, como serviços de orientação psicológica, profissional, de aprendizagem e psicologia escolar e ergonômica, consultorias a empresas, reabilitação cognitiva, ideomotora e comunicativa e testes informativos.

Mais informações sobre esse assunto podem ser obtidas na resolução CFP 12/2005 e também pelo site www.pol.org.br e www.cfp.org.br/selo.

I Encontro de Arte e Saúde Mental

Nos dias 21 e 22 de setembro foi realizado, no Teatro Noel Rosa do Centro Cultural da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o I Encontro de Arte & Saúde Mental. O evento foi organizado pelo Espaço Artaud em parceria com o Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da UERJ, com apoio do CRP-RJ, do Departamento Cultural da UERJ e da Faperj.

O encontro teve como objetivo pensar as práticas nos dispositivos de Saúde Mental que, em grande parte, utilizam a linguagem artística como intervenção no tratamento. Os pólos de

reflexão foram divididos em quatro mesas-redondas temáticas: Literatura, Artes Plásticas, Cinema e Teatro, e foram discutidos por diversos profissionais de Psicologia e de Artes que compuseram as mesas. Além disso, os participantes puderam assistir a comunicações orais, performances e participar de uma feira de artesanato e de alimentos produzidos por usuários de diversas instituições do campo da saúde mental.

No ano que vem, o Espaço Artaud promoverá outros eventos, Fique atento ao site do CRP-RJ (www.crprj.org.br) para mais informações.

VI Congresso Nacional de Psicologia

A cada três anos, os psicólogos brasileiros são convidados a repensar sua prática profissional e sua organização enquanto profissão regulamentada e ainda a propor metas, questões e sugestões para os próximos três anos de gestão do Sistema Conselhos de Psicologia.

O ano de 2007 traz pela sexta vez esse momento de discussão e reflexão, congregando e estimulando todos os psicólogos do país a debater, através de seus representantes, o tema “Do

discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo um projeto coletivo para a profissão” no VI Congresso Nacional de Psicologia (CNP).

O VI CNP será precedido, a partir de janeiro, por uma série de eventos preparatórios de livre participação em seis regiões do estado do Rio de Janeiro. Nesses eventos, os psicólogos terão oportunidade de receber orientações, assistir a palestras, entre outras atividades.

Os Pré-Congressos do Rio de Janeiro estão programados para março de 2007 e, em maio de 2007, acontecerá o VI Congresso Regional de Psicologia (Corep), a etapa regional do VI CNP. Participe! Inscreva suas propostas e colabore para pensar a psicologia como uma prática que pode colaborar na transformação de si e do mundo.

Mais informações no site do CRP-RJ (www.crpj.org.br) ou pelo telefone: 2139 – 5400.

Eventos preparatórios

27/01/2007 – Nova Iguaçu

Local: Subsede de Nova Iguaçu
De 9h às 18hs

02/02/07 - Petrópolis

Local: Universidade Católica de Petrópolis
A partir das 18hs

03/02/07 – Nova Friburgo

Local: Universidade Estácio de Sá
De 9h às 18hs

10/02/07 - Campos

Local: Universidade Estácio de Sá
De 9h às 18hs

10/02/07 - Resende

Local: Universidade Estácio de Sá
De 9h às 18hs

Pré-Congressos

17/03/2007 – Nova Iguaçu

Local: Subsede de Nova Iguaçu
De 9h às 18hs

17/03/2007 – Nova Friburgo

Local: Universidade Estácio de Sá
De 9h às 18hs

17/03/07 – Resende

Local: Universidade Estácio de Sá
De 9h às 18hs

24/03/07 - Campos

Local: Universidade Estácio de Sá
De 9h às 18hs

Consulte o site do CRP-RJ para informações sobre os eventos do Rio e de Niterói.
Entrada Franca.

O psicólogo e a mobilidade humana

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro realizou uma pesquisa para tentar estabelecer o perfil do psicólogo que trabalha no trânsito. A iniciativa visa avaliar a situação do atendimento psicológico nas clínicas credenciadas pelo DETRAN e proporcionar a discussão do trânsito dentro da perspectiva da necessidade de se debater as relações sociais e questões relativas aos aspectos subjetivos presentes nos espaços de circulação e mobilidade humana.

A pesquisa foi realizada durante o Seminário “Mobilidade Humana e cidadania: transitando pela psicologia”, que aconteceu em agosto, pelo CRP-RJ. Os dados obtidos foram apresentados no último Congresso Psicologia: Ciência e Profissão, ocorrido em setembro deste ano, na cidade de São Paulo.



O CRP-RJ orienta e fiscaliza, periodicamente, as clínicas do Rio de Janeiro registradas ou cadastradas no Conselho. Estes questionários ajudarão a nortear ações de orientação e contribuir para as discussões que vêm sendo feitas, em consonância com o Conselho Federal de Psicologia, sobre a Psicologia e Mobilidade Humana.

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) realizou entre os dias 20 e 22 de outubro, em Florianópolis, a XIII Plenária, que debateu o tema “Políticas Públicas e Organização Social”.

O evento contou com a participação de diversas entidades, entre elas os CRPs de São Paulo (06), Rio de Janeiro (05) e Minas Gerais (04) e o Conselho Federal. Durante o evento foram discutidos temas como o cenário atual das políticas públicas para a comunicação, os aspectos do mercado de trabalho, a profissionalização e a capacitação das pessoas com a digitalização e o avanço dos grupos internacionais na mídia brasileira. Foram apresentadas na Plenária sete teses que foram analisadas e aprovadas para serem colocadas em prática pela gestão eleita do FNDC, com mandato até 2008.

CRP-RJ prestando contas

É preciso ter a clareza de que o modo como ocupamos os espaços envolve uma concepção de mundo, exigindo um posicionamento sobre a finalidade da intervenção que fazemos, a qual en-

volve a certeza de que nossas práticas têm sempre efeitos. Desta forma, ocupar o lugar de tesoureiro não se resume a ser “vigia do patrimônio”. A prestação de contas é um ato,

sobretudo, político. Em todas as edições do jornal publicamos um balancete de forma resumida, mas estamos sempre à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos.

| Conselho Regional de Psicologia - 5ª Região | | | | | |
|--|-------------------|------------------|--|-------------------|------------------|
| Balço Patrimonial | | | | | |
| Em R\$ | | | | | |
| REFERÊNCIAS: | Periodos em Reais | | REFERÊNCIAS: | Periodos em Reais | |
| ATIVO | OUT/06 | OUT/05 | PASSIVO | OUT/06 | OUT/05 |
| Ativo Financeiro | 3.480.451 | 2.637.673 | Passivo Financeiro | 267.736 | 48.561 |
| Disponível | 43.783 | 81.756 | Contas a Pagar | 0 | 0 |
| Disponível Vinculado | 3.409.030 | 2.550.808 | Consignações | 3.028 | 6.030 |
| Realizável | 26.025 | 4.996 | Credores da Entidade | 2.898 | 2.282 |
| Resultado Pendente | 1.613 | 113 | Entidades Publicas Credores | 56.527 | 40.249 |
| Ativo Permanente | 7.237.864 | 2.168.243 | Provisões | 205.283 | 0 |
| Bens Patrimoniais | 2.357.396 | 1.445.726 | Patrimônio (ARL) * | 10.450.579 | 4.757.355 |
| Créditos | 4.880.468 | 722.517 | * ARL: Ativo Real Líquido | | |
| TOTAIS | 10.718.315 | 4.805.916 | TOTAIS | 10.718.315 | 4.805.916 |
| Demonstrativo das Receitas e Despesas | | | | | |
| REFERÊNCIAS: | Periodos em Reais | | (*) VARIAÇÕES | | |
| | JAN a OUT/06 | JAN a OUT/05 | (R\$) | (%) | |
| Receitas | | | | | |
| Anuidades | 3.870.122 | 3.276.834 | 593.288 | 18 | |
| Patrimonial | 250.468 | 205.832 | 44.636 | 22 | |
| Serviços | 93.536 | 133.531 | -39.995 | -30 | |
| Dívida Ativa | 518.942 | 937.996 | -419.054 | -45 | |
| Diversas | 40.425 | 84.441 | -44.016 | -52 | |
| Total | 4.773.493 | 4.638.634 | 134.859 | 2,9 | |
| Despesas | | | | | |
| De Custeio | 2.546.618 | 2.264.040 | 282.578 | 12 | |
| Pessoal e Obrig. Patronais | 1.291.499 | 1.065.539 | 225.960 | 21 | |
| Material de Consumo | 50.203 | 48.989 | 1.214 | 2 | |
| Serviços de Terc. P. Física | 33.243 | 20.722 | 12.521 | 60 | |
| Serviços de Terc. P. Jurídica | 1.128.984 | 1.051.697 | 77.287 | 7 | |
| Diversas Despesas de Custeio | 42.689 | 77.093 | -34.404 | -45 | |
| Transferências ao CFP | 1.166.469 | 1.121.909 | 44.560 | 4 | |
| Investimentos | 42.557 | 75.245 | -32.688 | -43 | |
| Equipamentos e Materiais Permanentes | 42.557 | 72.245 | -29.688 | -41 | |
| Total | 3.755.644 | 3.461.194 | 294.450 | 8,5 | |
| Resultado = Receitas - Despesas: | 1.017.849 | 1.177.440 | -159.591 | -14 | |
| Representação Gráfica: | | | | | |
| | | | | | |
| Nota: (*) Houve um incremento de 2,9% nas Receitas | | | Nota: Houve um incremento de 8,5% nas Despesas | | |

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2006

José Novaes
Presidente
CRP-05/980

Pedro Paulo G de Bicalho
Conselheiro - Tesoureiro
CRP-05/26.077

Roner Tavares
Contador
CRC-RJ 097.613/O-8

A tesouraria como prática política



“Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos (...) ou engendrar novos espaços”.
GILLES DELEUZE, em “Conversações”.

A Psicologia Brasileira se reuniu entre os dias 5 e 9 de setembro em São Paulo, no II Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência & Profissão, que este ano discutiu o tema “Enfrentando as divisões históricas da sociedade brasileira”. Dentre outros conselheiros deste CRP presentes, esteve o professor adjunto do Instituto de Psicologia da UFRJ Pedro Paulo Gastalho de Bicalho que apresentou sua pesquisa “Tesouraria como prática política no Conselho Regional de Psicologia – 5ª. Região”.

De acordo com Pedro Paulo, a ideia da pesquisa surgiu quando assumiu o cargo de Conselheiro-Tesoureiro do XI Plenário e verificou que o percentual de inadimplência aumentava a cada

ano, atingindo um nível significativo no início da Comissão Gestora e, desde então, tal índice vem diminuindo progressivamente, apesar do percentual de psicólogos ativos continuar em crescimento. Analisando os dados da tesouraria, ele concluiu que esses números não eram obra do acaso, mas refletiam a relação dos psicólogos com o próprio Conselho, fato que tem sido evidenciado pelo número de psicólogos que participa de nossos eventos, ser cada vez maior.

Diferentemente da ideia que a sociedade tem sobre o trabalho burocrático da tesouraria, Pedro Paulo buscou, a partir do olhar da análise institucional, desnaturalizar e pensar a tesouraria como um analizador. “Eu queria criar essa análise para que as Comissões pudessem entender que o trabalho que eu estava realizando tinha consequências no trabalho delas, que a gestão da tesouraria embasa as ações políticas”, disse o Conselheiro.

No trabalho, o psicólogo mostrou que zelar pela boa gestão dos recursos financeiros da instituição e fazer demonstrativos das movimentações disponíveis numa linguagem mais simples para que possa ser entendida por toda a categoria devem ser os objetivos da tesouraria.

Recebido com entusiasmo pelo plenário do CRP-RJ, por ser uma pesquisa pioneira e um desafio, o trabalho foi também apresentado na reunião de tesoureiros do Sistema Conselhos durante a Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), realizada em dezembro, em Brasília. “Quero tornar este trabalho público, colocar em evidência que o trabalho do tesoureiro é político. Aliás, como nos ensinou a professora Sílvia Lane, toda ação humana é política porque ou conserva ou transforma”, afirmou Pedro Paulo.

GT se reúne para decidir alterações no CPD

Um Grupo de Trabalho, formado por representantes dos CRPs 04(MG), 05 (RJ), 06 (SP) e do Conselho Federal de Psicologia, é o responsável por sistematizar alterações no Código de Processamento Disciplinar (CPD) do Sistema Conselhos de Psicologia. O GT foi criado na última Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), em maio de 2006.

Após uma série de discussões, foi decidido que o atual CPD seria mantido e que os integrantes do GT propõem alterações nos pontos que necessitam de aperfeiçoamento. O grupo deu início à discussão destes pontos em uma reunião realizada no dia 26 de outubro, na sede do CFP, em Brasília, dando maior ênfase à discussão sobre as alterações no texto do Processo Disciplinar Ético, por ter sido considerado o mais complexo e de maior incidência nos processos que chegam às Comissões de Ética dos CRPs.

Atualmente, o GT está sistematizando as sugestões e as enviará aos Conselhos Regionais de Psicologia para análise e posterior votação na APAF de dezembro, em Brasília.

Conselheiros dos CRPs se encontram em Brasília

Nos dias 16 e 17 de dezembro, os conselheiros presidentes e tesoureiros de todos os CRPs do Brasil se reuniram na Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (Apaf). Em pauta: a realização do Fórum Nacional de Psicoterapia e o regimento para o processo eleitoral do Sistema Conselhos de Psicologia de 2007, entre outros assuntos.

As APAFs foram instituídas pelo II Congresso Nacional de Psicologia, realizado em 1996, e acontecem duas vezes por ano. Seus objetivos são, entre outros, propor diretrizes para os orçamentos dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, fixar parâmetros para a cobrança da anuidade e acompanhar a execução regional das políticas aprovadas nos Congressos Nacionais da Psicologia.

Ética e Psicologia

O Código de Ética Profissional dos Psicólogos precisa ser interpretado; ele é uma “obra aberta”, sempre em construção

Entre as finalidades dos Conselhos Regionais de Psicologia, inscritas em Lei, está a de “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional e zelar pela observância dos princípios éticos e disciplinares da classe” (Lei 5.766 de 20 de dezembro de 1971, Artigo 1º). Está, portanto, claramente estabelecida a competência legal dos Conselhos, por suas COE, nesta tarefa.

O Código de Ética, o Código de Processamento Disciplinar, bem como as Resoluções do Sistema Conselhos são elaborados após extensas discussões com a categoria, através de Fóruns e Reuniões Regionais e Nacional ou dos Congressos Regionais e Nacional de Psicologia. A participação da categoria é fundamental para que tais documentos representem o pensamento dos psicólogos brasileiros.

Cabe à COE receber e conduzir as representações e processos éticos com base no Código de Ética e nas Resoluções do Conselho Federal de Psicologia.

Havendo denúncia de infração ao Código de Ética é protocolada representação em um CRP, encaminhada à COE e distribuída a uma Comissão de Instrução. Esta é a fase inicial de análise da denúncia; não configura obrigatoriamente a existência de infração nem aponta para uma punição.

A seguir, considerando uma possível infração ao Código de Ética, a Comissão de Instrução cita o psicólogo denunciado para apresentar defesa prévia e passa a analisar o caso podendo convocar a(s) parte(s) para o esclarecimento. Tanto a defesa prévia quanto a(s) entrevista(s) de esclarecimento possibilitam ampla defesa e a elaboração de argumentos confirmatórios / contestatórios acerca da denúncia.

É elaborado parecer, lido em reunião plenária, indicando a exclusão da denúncia e arquivamento da representação ou instauração de processo ético.

Se um parecer indicando o processo ético for aprovado, instaura-se o processo ético-disciplinar e é designada outra Comissão de Instrução para conduzi-lo. O Psicólogo denunciado é citado para apresentar defesa escrita, toma-se o depoimento da(s) parte(s) e da(s) testemunha(s) buscando provas que esclareçam o fato e suas circunstâncias.

Nesta fase de trabalho, abre-se espaço para que a(s) parte(s) produzam todo o material que considerem fundamental para basear suas alegações com provas documentais, testemunhais e, se necessário, periciais. A abertura de processo é oportunidade para novas argumentações serem elaboradas, visando instrumen-

tar a Comissão de Instrução em sua análise.

Concluída a instrução do processo ético-disciplinar, é designado pelo Plenário um Conselheiro Relator e mar cada a sessão de julgamento. Neste, a(s) parte(s) dispõe(m) de tempo para sustentação oral. O Plenário pode deliberar pelo arquivamento do processo no caso de não existência de infração ética ou aplicação de penalidade ao psicólogo – variando de advertência até a cassação do exercício profissional.

De toda decisão, cabe recurso ao Conselho Federal de Psicologia, que reexamina o processo e emite sua posição, como última instância.

Demanda-se do CRP-05 fundamentos práticos que embasem, orientem e protejam os psicólogos em qualquer área de atuação. Podemos perguntar: o que significa “proteger” os psicólogos? Não aceitar a denúncia ou representação que nos é enviada? Ou prolongar o seu trâmite, “engavetá-la”, levá-la à prescrição por tempo decorrido além dos prazos previstos no Código de Processamento Disciplinar? Assumimos o CRP-05 justamente para reorganizá-lo e saneá-lo, expurgando as práticas que eram comuns nas gestões anteriores; uma delas era essa. Encontramos, ao assumir a Comissão Gestora em março de 2003, mais de 90 (noventa) processos na COE paralisados, e engavetados (não é força de expressão), vários deles já prescritos.

Não temos um viés punitivo, muito pelo contrário: pretendemos enfatizar e priorizar a atitude de orientação e acompanhamento do Conselho, por meio da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) e da Comissão de Orientação e Ética (COE). Não nos é possível, no entanto, não aceitar uma denúncia ou representação com base na suposição de que ela é apenas um expediente oportunista; por exemplo, usado por uma das partes num processo que tramita na justiça, visando atacar os fundamentos da parte contrária, entre os quais estaria a posição assumida pelo psicólogo. Não encontramos, não podemos entrar na discussão do mérito aí envolvido. O que analisamos e julgamos é o trabalho do psicólogo denunciado, - a elaboração do laudo que realizou, como no exemplo hipotético acima -, e do ponto de vista ético, segundo os princípios e normas contidas no Código de Ética Profissional. O psicólogo que, submetido a tal processo, o enfrenta e sai dele incólume, deve se sentir fortalecido, pois terá confirmado o estofamento ético no seu exercício profissional.

Não podemos aceitar “in limine” o pressuposto de que o psicólogo denunciado esteja sendo injustiçado, de que a acusação contra ele seja caluniosa, falsa, traiçoeira, leviana, etc. Trata-se justamente, ao longo dos diversos momentos e fases por que passa a denúncia, até se transformar num processo (se isso ocorrer, pois ela pode ser excluída liminarmente e arquivada) e daí até o julgamento (se chegar a este momento, pois pode ser que o já processo seja considerado não-fundamentado) de construir um corpo de fatos e argumentações que se aproxime o mais possível do acontecido, garantido o amplo direito de defesa ao denunciado; e é isso que ocorre.

Os Conselheiros do Conselho Regional de Psicologia não têm que ter formação jurídica para julgar os psicólogos jurídicos; se assim fosse, teríamos que ter formação clínica para julgar os psicólogos clínicos, formação em Psicologia Organizacional e do Trabalho para julgar os psicólogos desta área, em Psicologia do Esporte para julgar os psicólogos que aí atuam, etc. Nosso julgamento não é técnico: é ético. Estas considerações se fundamentam em uma visão crítica dos especialismos em psicologia, que tendem a isolar grupos de psicólogos em nichos de suas especialidades, torres de marfim que os protegem de considerações críticas, etc. que venham de fora da especialidade.

Quanto à atuação do CRP-05 junto aos psicólogos das mais diferentes áreas, reconhecemos: estamos apenas no início de um trabalho que estabeleça normas e padrões de atuação e relação entre nós. No entanto, afirmamos: não é o CRP-05 que vai estabelecer e baixar as normas, esclarecer, sistematizar e determinar as atribuições dos psicólogos em qualquer área de atuação. Os profissionais que nelas atuam é que devem fazê-lo, em conjunto com o CRP-05, que atuará mais como facilitador.

A exemplo do que já fazemos com vários outros psicólogos que atuam em diversas áreas: do DESIPE, do DEGASE e com psicólogos que atuam em instituições que atendem crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, pretendemos fazer encontros com outros segmentos.

José Novaes – conselheiro-presidente do CRP-RJ

Ana Lucia Furtado – conselheira coordenadora da Comissão de Orientação e Ética do CRP-RJ.

Psicologia, Mediação e Conciliação

O evento “Psicologia, Mediação e Conciliação” foi realizado em 24 de novembro na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O evento, que faz parte de uma iniciativa do Conselho Federal de Psicologia em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, a Associação Brasileira de Psicologia Jurídica e o Ministério da Justiça, teve como objetivo pensar criticamente sobre os espaços de atuação dos psicólogos nos processos de mediação e conciliação, no Judiciário e fora dele.

Uma mesa composta pelo conselheiro-presidente do CRP-RJ, José Novaes, pela conselheira e membro da Comissão Regional de Direitos Humanos, Cecília Coimbra, e pelo representante regional da ABEP, Sávio Valvieste da Motta, abriu o evento. Os três explicaram o objetivo e funcionamento do encontro. Cecília salientou que “não se pode pensar a mediação ou conciliação como algo eminentemente técnico. Não interessa abrir mais campos de trabalho para o psicólogo se ele os vai ocupar de forma acrítica, reproduzindo modelos e preconceitos. É preciso pensar o técnico não como neutro, mas como político”.

Em seguida, deu-se início a uma mesa de debates com a participação de Vera Malagutti Batista, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do Instituto Carioca de Criminologia, e de Vânia Izzo, represen-

tante do Instituto Mediare. Vera foi a primeira a falar, traçando um panorama geral da história do sistema judiciário. Segundo ela, durante toda a história, o sistema penal se adaptou às necessidades do mercado. “As penas e os discursos jurídicos são pendulares, dependendo da necessidade de mão-de-obra. Assim, por exemplo, na época das colônias, a extradição e as galés eram penas comuns”. Vera também explicou que, apenas a partir dos anos 70 do último século, o sentido econômico do trabalho na prisão é perdido, assim, começa-se a pensar em penas alternativas e em processos não-judiciais como a mediação e a conciliação. No entanto, ela salientou a importância de se evitar que essas alternativas expandam a mentalidade judicial a outras esferas, que judicializem a sociedade, pois é o que vem acontecendo na contemporaneidade com a expansão do chamado Estado Penal. “Há que se pensar em novas metodologias de resolução de conflitos, mais do que em penas alternativas. A mediação não deve ser mais um instrumento para punir”, afirmou ela.

Vânia iniciou sua fala explicando o que é o trabalho da instituição Mediare, uma empresa privada que faz treinamentos e acompanha mediações. Em seguida, explicou as diferenças entre os diversos níveis possíveis de negociação entre partes, antes do recurso à uma decisão judicial, e esclareceu as diferenças entre mediação



e conciliação. Segundo ela, o objetivo da mediação é pensar em um processo “ganha-ganha”, ou seja, em que todas as partes saiam da negociação satisfeitas. “Podemos comparar a decisão judicial e a mediação a jogos. Enquanto a decisão judicial é um jogo de tênis, ou seja, você joga de maneira a fazer o outro perder, a mediação é um jogo de frescobol, em que os dois ganham enquanto não deixarem a bola cair”.

Após as palestras, houve um debate entre os presentes. À tarde, os participantes foram divididos em grupos de trabalho, que discutiram e apresentaram propostas sobre conciliação e mediação. A proposta final foi encaminhada ao Encontro Nacional “Psicologia, mediação e conciliação”, que foi realizado nos dias 7 e 8 de dezembro, em Brasília, por dois delegados eleitos durante o evento regional: os psicólogos José Eduardo Menescal Saraiva e Lindomar Expedito Silva Darós.

I Mostra Regional de Práticas em Psicologia

A I Mostra Regional de Práticas em Psicologia pretende abrir um canal de diálogo, promovendo um grande encontro entre os profissionais do Rio de Janeiro. Além dos psicólogos, o evento também será aberto a estudantes de Psicologia, que poderão enviar trabalhos desenvolvidos nos diversos campos de atuação da psicologia, incluindo atividades de extensão acadêmica que promovam reflexões sobre os desafios e impasses identificados por parte de seus proponentes.

Devido à grande dificuldade de conseguir um local com espaço suficiente para abrigar um

evento de tão grande porte, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro decidiu mudar a data da I Mostra. O evento passará de março, como havia sido noticiado no último jornal, para **junho de 2007**.

Além disso, a Mostra será mais um instrumento para o Centro de Referências Técnicas em Políticas Públicas (CREPOP), que vem realizando um mapeamento das práticas dos profissionais no estado do Rio de Janeiro.

Para mais informações acesse o site www.crpjrj.org.br ou pelo telefone 2139-5438.

Quart'ética: O psicólogo e a escrita

A Comissão de Orientação e Ética (COE) do CRP-RJ realizou, no dia 6 de dezembro, a última Quart'ética do ano. O evento discutiu o tema “O psicólogo e a escrita – possibilidades e limites de intervenção” a partir da produção da subjetividade que confronta a produção escrita e influencia a vida dos indivíduos. Segundo a conselheira da COE Ana Lucia Furtaido, o tema foi escolhido por aparecer muitas vezes sob forma de denúncias ou dúvidas na COE. O evento foi dedicado a psicóloga e colaboradora da Comissão de Saúde do CRP-RJ, Margarete de Paiva Simões Ferreira, falecida no dia 2 de dezembro.

Seminário Nacional: A atuação dos psicólogos junto aos adolescentes privados de liberdade

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro promoveu, no dia 28 de novembro, a terceira reunião com os psicólogos do Sistema DEGASE para discutir sua participação no sistema sócio-educativo. O encontro, uma iniciativa do CRP-RJ para dar continuidade à campanha nacional promovida pela Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) deste ano, fez parte da preparação regional para o “Seminário Nacional: A atuação dos psicólogos junto aos adolescentes privados de liberdade”, realizado nos dias 8 e 9 de dezembro de 2006, em Brasília.

O evento contou com a participação de Cristiana de Faria Cordeiro, juíza no estado do Rio de Janeiro; da psicóloga Ligia Ayres, técnica do Serviço de Psicologia Aplicada da UFF e doutora em Psicologia Social pela UERJ, e de Aparecida Kazue Ezaki, psicóloga do CRIAM/Santa Cruz/Degase. As palestras foram iniciadas e coordenadas pela psicóloga e colaboradora da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ, Suyanna Baker. Suyanna falou sobre a inspeção no Instituto Padre Severino, realizada no dia 15 de março deste ano, sobre a campanha



nacional contra o encarceramento e as outras reuniões realizadas anteriormente.

Em seguida, os participantes assistiram a um vídeo documental de Cristiana de Faria, juíza da Vara de Infância e Família de Nilópolis. Segundo ela, os relatos dos adolescentes nas audiências causavam incômodo, por isso resolveu realizar o vídeo. “Eu queria mostrar imagens reais das condições desumanas, os abusos e maus tratos que acontecem no sistema sócio-educativo para colegas e outros profissionais. Depois do vídeo que eu fiz, alguns juizes mudaram de pensamento”, afirmou Cristiana.

A psicóloga Ligia Ayres foi a segunda debatedora a falar. Ela disse sobre o papel político da Psicologia dentro do sistema sócio-educacional, sobre a importância do psicólogo e da produção de um olhar não influenciado por medo e rótulos. Aparecida foi a terceira debatedora da mesa-redonda, apresentando o trabalho no CRIAM de Santa Cruz, o funcionamento da instituição e o relacionamento com os meninos internos.

O debate que se seguiu contou com a participação de psicólogos de diversas instituições, de representantes do Sindicato dos Psicólogos e do movimento Moleque (Mães do DEGASE). Discutiu-se sobre a capacidade de indignação com as situações dentro do DEGASE, a necessidade de trazer a discussão para a sociedade a fim de promover uma prática mais justa e humana, garantindo o direito dos adolescentes e tornando-os sujeitos da narrativa.

Ao final da reunião foram eleitos os delegados que representaram o CRP-RJ no encontro de Brasília. Foram escolhidas Vanda Vasconcellos Moreira, psicóloga do CRIAM de Nilópolis e a psicóloga e pesquisadora Ligia Ayres.

I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública

Para se discutir “Contribuições Técnicas e Políticas dos Psicólogos para Avançar o SUS – Sistema Único de Saúde”, foi realizado, nos dias 20, 21 e 22 de outubro, em Brasília-DF, o I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública. O objetivo do evento era promover a discussão das políticas públicas de saúde implantadas em todo o país e produzir propostas de intervenção da Psicologia.

Estiveram presentes ao Fórum 50 delegados vindos dos 16 CRPs, além de três delegados do Conselho Federal. A representação do CRP-RJ foi composta pelo delegado designado pelo plenário, conselheiro Nélio Zuccaro, e pelas psicólogas eleitas no Fórum Regional, Ana Carla Souza S. da Silva e Marise Leão Ramoa – suplente substituta da psicóloga Margarete de Paiva Simões –, além da psicóloga Sônia Batista, na função de

observadora. O CRP-RJ também participou da Comissão Organizadora Nacional do evento, através da psicóloga Patrícia Jacques Fernandes, colaboradora da Comissão de Saúde.

Foram levadas ao Fórum 577 propostas oriundas dos Fóruns Regionais, que, após um trabalho de sistematização por parte da comissão organizadora, resultaram em 208 propostas encaminhadas aos Conselhos Regionais para apreciação dos delegados.

Conforme organização prévia e levando em conta os eixos do Fórum (Desafios, Avanços, Formação e Prática), os delegados foram distribuídos em três Grupos de Trabalho. O eixo Prática, por conter um maior número de propostas, teve o seu conteúdo dividido entre os GTs. Cada GT teve como tarefas apreciar, votar, sistemati-

zar e apresentar destaques de cerca de 70 teses antes destas serem submetidas à plenária final, no dia 22 de outubro. Nela, todos os delegados reunidos tiveram nova oportunidade de apreciar as propostas debatidas nos GTs para então decidir se as aprovavam na íntegra ou se apresentariam destaques de alteração do texto ou rejeição integral da tese.

Foram analisadas na plenária final 108 propostas, sendo 16 rejeitadas, 48 aprovadas sem emendas, 27 aprovadas com alterações e 17 não apreciadas.

A Comissão de Saúde do CRP-RJ disponibilizará, em breve, um caderno de textos com as falas dos participantes das Mesas Redondas dos eventos preparatórios para o Fórum Regional. Confira o site www.crprj.org.br para mais informações.

Em 2006, o CRP-RJ...

José Novaes (*)

Se fôssemos, como é de praxe no final do ano, fazer a prestação de contas das atividades do CRP-RJ do ano que finda à categoria e à sociedade de modo formal e protocolar comumente utilizado, seria assim que começariamos a matéria. Afinal, somos um órgão público e nossas comunicações e contatos com outros órgãos e instituições públicas e particulares, com a categoria e com a sociedade devem se pautar por estes padrões. Segue, portanto, a lista comentada brevemente de nossas realizações e atividades em 2006, começando por...

Bem, se fôssemos, mas não vamos. Tentemos, de novo, sair desta camisa-de-força, como já o tentamos ano passado (ver nosso jornal de dezembro de 2005). Continuemos exercitando a transparência: estamos intencionalmente usando este tom porque ele permite que nos aproximemos de modo mais amistoso e atraente, embora respeitoso, à categoria e à sociedade, após anos de inércia, descaso e irregularidades na gestão do CRP-05. Este período, que se prolongou demais, produziu desinteresse, desconfiança e descrédito dos profissionais psicólogos(as) e dos usuários de seus serviços com relação ao Conselho. E, já que nos referimos a esta situação, comecemos pela atividade de cadastramento.

No jornal de março de 2005, já tínhamos apontado para esse problema, acumulado devido à incuria administrativa em sucessivos anos no CRP-05: o cadastro dos psicólogos estava profundamente desorganizado, faltando documentos e informações, dificultando o contato com a categoria. Tivemos que contratar uma empresa através de processo licitatório, que durante oito meses, de 09 de janeiro a 09 de setembro de 2006, realizou este trabalho, sanando grandes dificuldades e impedimentos que tínhamos no contato com a categoria, visando informá-la e orientá-la. Mais de 31 mil prontuários foram trabalhados/manuseados, mais de 27 mil cartas foram enviadas pedindo a regularização da situação e o envio de documentos faltantes, etc. A resposta

dos profissionais psicólogos foi uma demonstração de que o esgarçamento em nossas relações já está sendo superado. Recebemos de volta vinte e sete mil e noventa cartas com documentos, que foram arquivados nos prontuários. O relatório do cadastramento está à disposição do público.

Ainda no número de março de 2005, falávamos do necessário trabalho de nossa Comissão de Recursos Humanos para organizar o processo de desenvolvimento profissional dos funcionários do CRP-05, processo este no qual se destacava a construção de normas e processos de avaliação de desempenho. Este objetivo foi ampliado e foi elaborado, através de uma consultoria, um novo plano de cargos, carreiras e salários, que começará a ser implementado no início de 2007, já aprovado pelo plenário do CRP-RJ em sua reunião ordinária de novembro.

Esta prestação de contas não pretende ser exaustiva; a seguir, destacamos as atividades de alguns setores. Os que não foram mencionados, perdoem-nos. Não é omissão, é falta de espaço.

A Comissão Regional de Direitos Humanos continuou a ter um papel central na definição de nossa política: o eixo de nossas atividades continua sendo a defesa dos Direitos Humanos, procurando ampliar seu alcance. A CRDH não apenas define nossa política; ela também a executa. Realizou o II Seminário de Psicologia e Direitos Humanos, em novembro, na Uni-Rio, com mais de 400 participantes; os “Trocando em Miúdos”, encontros em que se discutiram questões como o direito à diversidade sexual, o Fórum Social Mundial e a situação das crianças de rua. Esteve em reuniões em Nova Iguaçu, na subsele da Baixada Fluminense, e em Campos, por demanda dos psicólogos do Norte-Fluminense para a criação de uma subsele do CRP na região; e, finalmente, deu um fecho de ouro em suas atividades do ano organizando e realizando, por solicitação do Conselho Federal de Psicologia, que por sua vez atendia a demanda do Ministério de Justiça e do Conanda, fóruns com os psicólogos, princi-



almente os que trabalham no judiciário, para discutir a questão da Mediação e Conciliação, e com os psicólogos do DEGASE, que atuam com crianças e adolescentes em estabelecimentos denominados sócio-educativos.

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), além de suas tarefas rotineiras, realizou um encontro sobre mobilidade humana, reunindo principalmente psicólogos do trânsito. Nele, estiveram presentes cerca de sessenta participantes, discutindo questões ligadas às atividades da área.

A Comissão de Orientação e Ética (COE), sem prejuízo de suas atividades precípuas de análise e tramitação das denúncias e representações que a ela chegam, realizou vários encontros para discutir questões ligadas à Ética Profissional. Estes encontros ocorreram em forma de oficinas, com o título de “Ética para além das normas”, permitindo um debate livre e vivo baseado nas experiências dos presentes – profissionais, estudantes ou qualquer pessoa interessada no tema.

A Comissão de Saúde, afóra inúmeros outros eventos, organizou e realizou o Fórum Regional de Psicologia e Saúde Pública, em que se discutiu a inserção da Psicologia no Sistema Único de Saúde (SUS).

(*) Conselheiro- presidente do CRP-RJ

II Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos discute a medicalização da vida

Mais de 400 pessoas, entre psicólogos, estudantes e outros profissionais, se reuniram, nos dias 10 e 11 de novembro, para debater a questão da medicalização da vida no II Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos. O evento, realizado no auditório Paulo Freire da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Uni-Rio), foi organizado pela Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH) e pela coordenação técnica (Cotec) do CRP-RJ

O evento foi aberto pela psicóloga e membro da CRDH, Suyanna Barker. Em seguida, foi realizada uma mesa de abertura com a presença de José Novaes, conselheiro-presidente do CRP-RJ; Cecília Coimbra, membro da CRDH; Vera Do-debei, coordenadora do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Uni-Rio; Guaracira Gouvêa de Sousa, do Programa de Pós-gra-



duação em Educação da Uni-Rio e, representando a decania da Universidade, o professor do Departamento de Museologia da Uni-Rio, Marcos Miranda.

Após a mesa, foi realizada uma conferência, que contou com a presença da psicóloga e professora da PUC-SP, Suely Rolnik, e foi coordenada pela psicóloga, membro da CRDH, Ana Carla Souza Silveira da Silva. Partindo do tema “Medicalização: Estratégias contemporâneas de controle da vida”, Suely falou sobre como o capitalismo atual vem controlando as forças da subjetividade, impedindo a criatividade e, conseqüentemente, a potência de vida.

O segundo dia de atividades começou com a mesa-redonda “Biopoder e Saúde”, coordenada pela psicóloga Neide Ruffeil, membro da CRDH. A mesa foi composta pelo filósofo, psicanalista e professor da Faculdade de Medicina da UFRJ, André Martins; pelo filósofo e fundador da Escola Nômade de Filosofia de São Paulo, Luiz Fuganti; e pelo militante do Movimento da Luta Antimanicomial e mestrando em Memória Social da Uni-Rio, Edvaldo Nabuco (foto à esquerda).

A programação do II SRPDH continuou à tarde com a exibição do vídeo “Medicalização da Vida Escolar”, de Helena do Rego Monteiro, e a realização da terceira mesa do evento. Com o tema, “Medicalização da Vida e Direitos Humanos”, esta mesa teve a presença de Maria Apare-



cida Moysés, pediatra e professora da Unicamp; Michel Lotrowska, representante da iniciativa de Medicamentos para Doenças Negligenciadas no Brasil e membro da organização Médicos Sem Fronteiras e de Paulo Amarante, psiquiatra e professor da Escola Nacional de Saúde Pública da FioCruz. A mesa foi coordenada pela psicóloga Claudia Talleberg, membro da Comissão Regional de Direitos Humanos.

Todas as mesas realizaram debates após as exposições dos palestrantes. O evento se encerrou com a apresentação da orquestra de cordas da Grota, formada por jovens da Grota do Surucucu, em Niterói (foto acima).

As exposições orais dos palestrantes estão disponíveis na íntegra no site www.crprj.org.br

Dia 10 de dezembro foi o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Por acreditar que as práticas psicológicas e os Direitos Humanos não podem ser desvinculados, o CRP-RJ convoca a todos os estudantes e profissionais a comemorar não só esta data, mas a celebrar os Direitos Humanos sempre.

- MUDOU-SE
- DESCONHECIDO
- RECUSADO
- ENDEREÇO INSUFICIENTE
- NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- INFORMAÇÃO ESCRITA PELO
- PORTEIRO OU SÍNDICO
- FALECIDO
- AUSENTE
- NÃO PROCURADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO
POSTAL EM ___/___/___

EM ___/___/___
CARTEIRO



Impresso
Especial

050200039-2/2001-DR/RJ
CRP - 5ª REGIÃO

...CORREIOS...

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5ª REGIÃO
RUA DELGADO DE CARVALHO, 53 TIJUCA
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20260-280

IMPRESSO